

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

21/ JUNHO / 2021

RE 714.139

GILMAR MENDES PEDE VISTA DE PROCESSO SOBRE ICMS DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOM

O impacto estimado aos cofres estaduais é de R\$ 26,661 bilhões

[Leia mais ...](#)

ESTADOS VEEM BOMBA FISCAL EM JULGAMENTO SOBRE ICMS

Discussão no STF pode causar impacto bilionário a governos
Por Fabio Graner e Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia mais ...](#)

STF MANTÉM ISS E ICMS NO CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Há pelo menos outras duas “teses filhotes” pendentes de julgamento na Corte
Por Joice Bacelo — do Rio

[Leia mais ...](#)

RE 574.706

CÁLCULO DE CRÉDITOS E DEVOLUÇÕES: DÚVIDAS DO JULGAMENTO SOBRE ICMS NO PIS/COFINS

Há dúvidas sobre compensação e possível duplo ganho com a inclusão do ICMS no cálculo dos créditos de PIS/Cofins
FLÁVIA MAIA

[Leia mais ...](#)

CONTROLE JUDICIAL SOBRE INTERPRETAÇÃO DE NORMAS REGIMENTAIS LEGISLATIVAS É INCONSTITUCIONAL

Segundo a decisão do STF, a intervenção do Judiciário somente se justifica quando houver violação a normas constitucionais, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.

[Leia mais ...](#)

PRÓ-CONTRIBUINTE

BARROSO PROPÕE FIM DO VOTO DE QUALIDADE, MAS PERMITE QUE FAZENDA VÁ À JUSTIÇA

ADIs que questionam fim do voto de qualidade no Carf estão empatadas em 1X1
FLÁVIA MAIA

[Leia mais ...](#)

MINERVA TRIBUTÁRIA

ALEXANDRE PEDE VISTA EM JULGAMENTO SOBRE VOTO DE QUALIDADE NO CARF

O julgamento sobre o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) mal foi retomado no Supremo Tribunal Federal e já foi suspenso de novo, dessa vez por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

[Leia mais ...](#)

AUTONOMIA ADIADA

BARROSO PEDE VISTA E STF SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Por Severino Goes

Um pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso, depositado na madrugada desta sexta-feira (18/6), interrompeu o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da lei que garante autonomia ao Banco Central.

[Leia mais ...](#)

PLENÁRIO COMEÇA JULGAMENTO SOBRE ULTRATIVIDADE DE ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO

Todos os processos que tratam da matéria estão suspensos por decisão do relator, ministro Gilmar Mendes.

[Leia mais ...](#)

TRATAMENTO ALTERNATIVO

STF FIXA CONDIÇÕES PARA QUE ESTADO FORNEÇA MEDICAMENTOS NÃO REGISTRADOS NA ANVISA

"Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na Anvisa, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS."

[Leia mais ...](#)

STF | Pedido de destaque

PEJOTIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ESTÉTICA SAI DO PLENÁRIO VIRTUAL

Agora, a ação será analisada pelos ministros em sessão por videoconferência, em data a ser definida.

[Leia mais ...](#)

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

STJ JULGA SE DEVEDOR DEVE SER AVISADO DE CESSÃO DE CRÉDITO ANTES DE AÇÃO

Por Danilo Vital

Estão em julgamento na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça embargos de divergência que visam definir quais são a forma e o momento adequados para fazer a notificação da Eletrobrás quanto à cessão dos créditos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

[Leia mais ...](#)

STJ REJEITA A TROCA DE CRÉDITOS NA COMPENSAÇÃO

Para o ministro Campbell Marques, é impossível um novo pedido de compensação, independentemente da qualidade do crédito apresentado

[Leia mais ...](#)

Venda de carro

STJ: DONO QUE NÃO COMUNICOU VENDA DE VEÍCULO RESPONDE POR INFRAÇÕES

A 1ª turma do STJ reafirmou a jurisprudência segundo a qual, sem a comunicação de venda ao órgão de trânsito, o antigo proprietário é responsável solidário por eventuais infrações de trânsito cometidas posteriormente.

[Leia mais ...](#)

RECURSO REPETITIVO

REPETITIVO DISCUTE DUPLA NOTIFICAÇÃO EM CASO DE NÃO APRESENTAÇÃO DO CONDUTOR POR PESSOA JURÍDICA AUTUADA

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir tese sobre a necessidade de envio da dupla notificação prevista no Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei 9.503/1997) para a aplicação da penalidade por descumprimento, pelas pessoas jurídicas proprietárias de veículos, da obrigação de identificar no prazo legal, em cada autuação recebida, o respectivo condutor.

[Leia mais ...](#)

CABE CRÉDITO DE ICMS SOBRE QUEROSENE DE AVIÃO QUE LEVA PESSOAS

Aérea pode creditar ICMS sobre querosene de avião que também leva pessoas, diz STJ

por Danilo Vital

[Leia mais ...](#)

CARF DECIDE QUE DESPESAS PORTUÁRIAS GERAM CRÉDITOS

Câmara Superior autorizou uso de créditos por gastos com embarque e desembarque de carga, despachantes e armazenamento
Por Bárbara Pombo, Valor — São Paulo

[Leia mais ...](#)

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS DO CARF ANULA MULTA POR RETIFICAÇÃO

por Rafa Santos

A simples retificação de um dos campos do conhecimento eletrônico ou do manifesto de um navio de carga não pode ser considerada uma infração, uma vez que, ao prestar informações na forma e no prazo legal, retificando-as posteriormente, o sujeito passivo não pratica uma conduta omissiva.

[Leia mais ...](#)

NÃO HÁ MAIS CRIME

COM FIM DO "VOTO DE QUALIDADE" DO CARF, JUÍZA ANULA CONDENAÇÃO POR SONEGAÇÃO

A nova lei que alterou a forma de desempate dos julgamentos no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) serviu para anular a condenação de um homem a quase três anos de prisão por sonegar impostos. A decisão da Justiça de São Paulo, do último dia 10, abre caminho para que outras condenações sejam anuladas. As informações são do Monitor do Mercado.

[Leia mais ...](#)

LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARECER DA AGU E APLICABILIDADE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Por Jonas Lima

Após dois meses de vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, surge um balizador sobre a sua aplicação com o Parecer nº 00002/2021/CNMLC/CGU/AGU, da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e

Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União — CNMLC/DECOR/CGU, que integra a Advocacia-Geral da União.

[Leia mais ...](#)

CONCORRÊNCIA ENCALHADA

CADE CONDENA ÓRGÃO PORTUÁRIO DE BELÉM POR PRÁTICAS ANTICOMPETITIVAS

Taxa cobrada por início de atividade configura prática anticompetitiva. Assim, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou nesta terça-feira (16/6) o Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso de Belém e Vila do Conde (Ogmo-BVC) e sete operadores do porto. A entidade cobrava taxa conhecida como "joia" a novos operadores portuários.

[Leia mais ...](#)

CNA DEFENDE INCLUSÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO EM PROJETO QUE PRORROGA INCENTIVOS DE ICMS

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defendeu, na quarta (16), a inclusão do setor agropecuário no Projeto de Lei Complementar (PLP) 5/2021, que prorroga por 15 anos os incentivos fiscais vinculados ao ICMS, destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

[Leia mais ...](#)

GOVERNO AUTORIZA IMPORTAÇÃO DE MAIS UMA VARIEDADE DE MILHO TRANSGÊNICO DOS EUA

Regra que dá mais segurança à compra de grãos modificados de outros países também foi atualizada. Medida atende a pedido de criadores de aves e suínos, que enfrentam alta dos custos com ração. No Brasil, 96% da produção de milho já é de grãos transgênicos.

Por Paula Salati e Vivian Souza, G1

[Leia mais ...](#)

RECEITA FEDERAL ALERTA PARA PUBLICIDADE FRAUDULENTE OFERECENDO POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO MEDIANTE COMPRA DE CRÉDITOS DE TERCEIROS

A Receita Federal alerta os contribuintes, e em especial, os profissionais das áreas contábil e jurídica e toda a classe empresarial, sobre publicidade fraudulenta que visa divulgar a possibilidade de se realizar compensação tributária mediante a utilização de créditos de terceiros, hipótese vedada pela legislação.

[Leia mais ...](#)

legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).